



# O governo quando tem que gerir tem de tomar decisões a médio prazo

— afirmou Maria de Lurdes Pintasilgo, em conferência de Imprensa

«Um Governo quando tem de gerir, tem de tomar decisões, declarou ontem, em conferência de Imprensa, a eng.ª Maria de Lurdes Pintasilgo, primeiro-ministro indigitado, pouco depois de ter sido recebida em audiência pelo prof. Mota Pinto. «As decisões em matéria governativa envolvem sempre, pelo menos, o médio prazo», acrescentou a presidente do novo Executivo. «Cé em caso de emergência ou em caso de demissão dos vários graus da Administração Pública é que um Governo se vê obrigado a tomar decisões pontuais. Dai que não me parece que este Governo deva ter apenas uma preocupação de gestão de quotidiano».

No entanto, e embora se trate de um Governo Constitucional, sem limites na sua forma e no seu campo de actuação, eis terá de ter em conta que em 100 dias não pode pretender realizar transformações que, para serem eficazes, têm de levar muito mais tempo.

Para além da caracterização organica do Executivo que vai chefiar e que tomará posse esta manhã, Maria de Lurdes Pintasilgo apontou outros aspectos da actuação que prevê para o Governo, embora se escusasse a falar do seu programa, o qual só agora está a começar a ser elaborado.

«Não atuo um Governos, disse em categorias de esquerda ou de direita. Entre os critérios que presidiram á escolha dos elementos deste Governo não esteve a preocupação de procurar adesões de um grupo ou de outro. E gostava que os órgãos de Informação não acentuassem a polarização ideológica que tem caracterizado a vida política neste país, nos últimos anos. Há outras formas de participação na vida pública que não se encaixam facilmente nessas categorias (...). Enquanto pessoa, situo-me numa perspectiva de sociedade alternativa, que está para além dessas categorias. É certo que, em três meses, não posso por balizas de sociedade alternativa. Mas posso, de alguma forma, tentar superar a contradição ideológica que é um vestígio das análises do princípio da industrialização e que se encontram hoje completamente ultrapassadas».

## Prestigiar o Parlamento

Um possível êxito do Governo de Lurdes Pintasilgo não virá enfraquecer a instituição parlamentar? A esta questão, que tem sido ultimamente levantada e que surgiu, mais uma vez, na conferência de Imprensa de ontem, a primeiro-ministro respondeu que, embora se esbocem já em vários países europeus reflexões críticas em ordem a aperfeiçoar tal modelo de sociedade, «neste momento, nós temos um regime parlamentar, e é objectivo fundamental deste Governo — e para isso gostaria de ter

a colaboração dos partidos — mentar o prestígio que ela deve ter neste regime e que a Constituição lhe dá».

Nesse sentido também, «é preocupação dominante da minha equipa abrir caminho para quem vier a seguir, seja quem for», acrescentou Maria de Lurdes Pintasilgo. Por este motivo, o Governo actuará em «fidelidade» á legislação aprovada pela Assembleia, «dentro da lei, da letra e do espírito em que ela foi clara e explicita», não podendo haver «aventuras de interpretações, tanto do Governo, como do Presidente da República».

Finalmente, Maria de Lurdes Pintasilgo afirmou, ainda a este respeito, que nunca seria instrumento de um projecto que implantasse um apudencialismo militar em Portugal, acrescentando que nos regimes militares estão, neste momento, completamente excluídos da cena portuguesa, uma vez que estão a funcionar em plena normalidade todas as instituições democráticas».

## «PSD e CDS

### não me concedem

### e benefício de dividas

A recusa dos partidos que integram a Aliança Democrática em dialogar com a primeiro-ministro mereceu da eng.ª Lurdes Pintasilgo o seguinte comentário:

«É com espanto que verifico que o PSD e o CDS tomam, á partida, uma atitude que não admite sequer o benefício da dúvida, que é a base de toda a democracia, e emitem as próprias uma censura prévia que julgaria estar eliminada com a Revolução de 25 de Abril e que me preocupa em termos do clima que vai criar junto da nossa população. Mas como acredito no bom senso e na capacidade de juízo próprio dos meus compatriotas, não estou excessivamente preocupada».

Por outro lado, a escolha de Sousa Franco, um dissidente do PSD, para o novo Governo não envolveu qualquer atitude de confronto, em relação áquela partido.

«Não estou a procurar confrontamentos com ninguém», disse Maria de Lurdes Pintasilgo. O que verifico é que há Confronto. Á partida, se coloca numa posição de confronto em relação á minha pessoa. Um confronto que é total, tanto quanto me parece da leitura dos adjectivos com que me mimoseou. Mas eu julgo que infinito mais não é igual a infinito...».

Apesar desta atitude do PSD e do CDS, a primeiro-ministro afirma-se disposta a dialogar com todos os grupos políticos, em igualdade de circunstâncias, mantendo-se, no entanto, por via institucional, as diferenças das

cupulas daqueles dois partidos voltar a dar á instituição paritária a elaboração do Programa do Governo».

## Política externa não é domínio exclusivo do Governo

Terceiro-mundismo, diálogo Norte-Sul e relações de Portugal com as ex-colónias foram temas frequentemente abordados ao longo da conferência de Imprensa que vinha reinando. E a este respeito surgiu também a questão das diplomacias paralelas, sobre a qual a primeiro-ministro declarou: «Todos os esforços são poucos para darmos internacionalmente uma imagem de nós próprios coerente seria e aberta a todos os países, sem excepção. Isto significa que também a política externa é da competência do Governo, mas, envolvendo-a directamente a soberania do Estado, não poderá nunca ser realizada á margem das responsabilidades que cabem ao supremo magistrado da Nação. Daí que ela não seja um domínio exclusivo do Governo, como também não é do domínio exclusivo do Presidente da República. A nossa Constituição é pouco clara a esse respeito. Mas é o que basta o bom-senso para pensarmos que, na fase em que nós vivemos, nenhum Governo se pode permitir realizar uma política externa que não seja uma política inteiramente concertada com o Presidente».

Para além desta sintonia com a política externa preconizada pelo chefe de Estado, a primeiro-ministro enunciou também alguns pontos da sua própria concepção sobre este capítulo da governação. Assim, afirmou, equivoco indicar frontalmente e sem qualquer equívoco que não deixarei de ter em linha de conta o ponto de partida geopolítico da nossa realidade. Nós estamos na Europa e pará, chamamos com a Europa oito séculos de História. Nós pertencemos ao Norte, ainda que á parte sul do Norte. A propósito Maria de Lurdes Pintasilgo comentaria que ao problema Norte-Sul é um problema que só o recato deste jardim á beira-mar plantado permite ignorar a acusação que me é feita nesse sentido parece-me, pois, tendenciosa e isolada e numa certa perspectiva de continuidade do orgulhosamente adeos.

«Neste momento, prosseguiu a primeiro-ministro, estamos numa fase da História em que temos de encarar de frente o esgotamento dos recursos disponíveis no planeta. Esse esgotamento de recursos e a esmagação dos países produtores de matérias-primas, como se verificou no caso do petróleo, são questões graves ao hemisfério norte. Aliás, muitos países da Europa mostram agora, através da sua diplomacia, uma política de com-

preensão e concertação com o hemisfério sul. Há, assim, que compreender as reivindicações dos estados desse hemisfério, não já em termos de independência política, mas igualmente de independência económica e cultural».

Não se trata, todavia, de «uma política de cedências», no caso das relações de Portugal com os países de expressão portuguesa, «isto é ainda um vestígio do espírito colonialista. O que existe hoje são várias soberanias que se encontram frente a frente».

## Nova estrutura do Executivo

«Foram as coordenadas do momento presente que me levaram a convidar os elementos que integram este Governo», disse a primeiro-ministro, para quem não há governos ideais, em absoluto, mas tão-só governos bons para cada situação».

Como critérios de escolha do novo elenco, Maria de Lurdes Pintasilgo enunciou, em primeiro lugar, a competência, quer de ordem técnica, quer de ordem social; em segundo lugar, a total imparcialidade, que não tem nada a ver com a neutralidade impida e inodora que alguns queriam ver neste Governo, e, finalmente, a experiência de gestão, não só em termos dos grandes complexos nacionais, mas também da função governativa».

A estrutura do Governo apresenta alguma originalidade em relação aos que o precederam. Assim, em vez de existir apenas uma área de coordenação, como tem vindo a acontecer, passará a haver três: a económica, a social e a cultural. Essas áreas não correspondem, porém, a novos Ministérios, mas apenas a novas funções de alguns dos ministros, como se pode verificar pelo elenco apresentado e as respectivas pastas.

Por outro lado, a Administração Interna, tendo em conta a preparação das eleições, que é a função primordial deste Governo, será o Ministério mais directamente ligado á primeiro-ministro.

Quanto ao Ministério das Finanças, sendo o pilar fundamental que se entra nas outras áreas de coordenação, será dotado de uma autonomia especial.

Já no final deste encontro com a Imprensa, Maria de Lurdes Pintasilgo revelaria que convidou três mulheres para o seu Governo, as quais, por motivos diferentes, não aceitaram.

Entretanto, a eng.ª Maria de Lurdes Pintasilgo avisou-se na manhã de ontem com o primeiro-ministro, prof. Mota Pinto, com o objectivo de lhe apresentar cumprimentos e trocar impressões sobre alguns assuntos pendentes da governação.